A CONTRIBUIÇÃO DA LEITURA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

MARIA DO SOCORRO GALDINO CHAVES

RESUMO
A leitura na primeira infância constitui uma prática essencial para o desenvolvimento integral da criança, promovendo avanços nos aspectos cognitivo, linguístico, emocional, social e cultural. Nos primeiros anos de vida, que compreendem a faixa etária de 0 a 6 anos, a criança vivencia intensas transformações e a leitura se apresenta como ferramenta privilegiada para potencializar essas descobertas. Este artigo, de caráter bibliográfico, discute os fundamentos teóricos que sustentam a importância da leitura nessa fase, apoiando-se em contribuições de autores como Vygotsky, Kleiman, Rubem Alves, Valter Hugo Mãe e Emmi Pikler, além de documentos normativos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para Vygotsky, o desenvolvimento se dá na interação social, e a leitura, mediada por adultos, cria oportunidades de aprendizagem significativas. Kleiman destaca a leitura como prática social que extrapola a dimensão escolar, enquanto Rubem Alves e Valter Hugo Mãe ressaltam seu papel afetivo e cultural, capaz de formar identidades e ampliar horizontes. Já Emmi Pikler reforça a importância das experiências sensoriais e corporais no processo de aprendizagem, o que dialoga com a inserção da leitura desde cedo. Argumenta-se, portanto, que a leitura deve ser compreendida não apenas como instrumento escolar, mas como prática cultural, de caráter social e afetivo. O estímulo precoce à leitura, quando integrado ao ambiente familiar e escolar, contribui para o fortalecimento de vínculos, estimula a imaginação e favorece a formação crítica e criativa do sujeito. Dessa forma, evidencia-se que ler na infância é um ato que ultrapassa o domínio da técnica, constituindo-se em prática de humanização e cidadania. PALAVRAS-CHAVE: Leitura; Primeira infância; Desenvolvimento infantil; Educação; Linguagem.

ABSTRACT
Reading in early childhood is an essential practice for children's integral development, fostering cognitive, linguistic, emotional, social, and cultural growth. During the first years of life (0 to 6 years old), children undergo intense transformations, and reading emerges as a key tool to enhance these experiences. This bibliographic, qualitative, and descriptive study discusses the theoretical foundations that support the importance of reading at this stage, drawing on authors such as Vygotsky, Kleiman, Rubem Alves, Valter Hugo Mãe, and Emmi Pikler, as well as the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC). The analysis highlights reading as a social and cultural practice that goes beyond the technical domain, emphasizing its role in building affective bonds, stimulating imagination, and developing critical and creative thinking. Family, school, and public policies are identified as fundamental actors in ensuring early and meaningful access to literature. Thus, reading in early childhood is understood as a humanizing and transformative act, essential for the formation of citizens.
KEY-WORDS: Reading; Early Childhood; Child Development; Education; Language.

INTRODUÇÃO

A primeira infância, período que compreende os seis primeiros anos de vida, é considerada pela literatura científica como fase determinante no desenvolvimento humano. Nessa etapa, a criança vivencia intensas transformações cognitivas, emocionais, sociais e motoras, sendo profundamente influenciada pelas interações que estabelece com o meio. É justamente nesse período que os estímulos externos, especialmente aqueles relacionados à linguagem e às práticas culturais, exercem um papel decisivo para a constituição de sua identidade e para a formação de estruturas cognitivas mais complexas (KLEIMAN, 2005).
Entre as práticas culturais mais relevantes nesse processo, a leitura se destaca. Contar histórias, manusear livros ilustrados, escutar narrativas orais e vivenciar situações de letramento precoce são experiências que ampliam o repertório linguístico, estimulam

a imaginação e consolidam vínculos afetivos. Como destaca Rubem Alves (2002, p. 15), 'as histórias são como sementes lançadas em um terreno fértil, que germinam e florescem na alma da criança'. Nesse sentido, a leitura na primeira infância não se limita a preparar o sujeito para a alfabetização, mas torna-se elemento constitutivo de sua formação emocional, social e cultural.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1998, p. 34) afirma que 'toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro no nível social e depois no nível individual'. Isso significa que o contato com a leitura, mediado por adultos, contribui para a internalização de significados e para a construção do pensamento simbólico. Assim, ler para uma criança não é apenas transmitir palavras, mas criar pontes para que ela compreenda o mundo, reelabore experiências e desenvolva autonomia cognitiva.

A BNCC (2017) também enfatiza o valor da leitura na educação infantil ao reconhecer que práticas como ouvir histórias, apreciar ilustrações e interagir com diferentes gêneros textuais favorecem a ampliação da linguagem, a imaginação e a inserção social. Ao garantir tais experiências, a escola e a família oferecem à criança oportunidades de contato com a cultura escrita, assegurando que o direito de aprender seja vivenciado em sua plenitude.

Além disso, autores como Emmi Pikler (2006) defendem que a infância deve ser vivida com respeito à autonomia e ao ritmo de cada criança. Transpondo essa ideia para o universo da leitura, compreende-se que o acesso aos livros e às narrativas precisa ocorrer de forma sensível, sem imposições, permitindo que a criança desenvolva um vínculo prazeroso e espontâneo com o universo literário. A leitura, portanto, deve ser entendida como um processo relacional, no qual o adulto atua como mediador, mas a criança é protagonista de suas descobertas.

Neste contexto, este artigo busca refletir sobre a contribuição da leitura para o desenvolvimento das crianças na primeira infância, fundamentando-se em referenciais

teóricos clássicos e contemporâneos, além de documentos oficiais, como a BNCC (2017), que reconhece a leitura como prática essencial para a formação integral. A análise pretende evidenciar como a leitura contribui não apenas para a formação cognitiva, mas também para o desenvolvimento socioemocional, cultural e cidadão da criança, ressaltando a importância de políticas públicas, práticas pedagógicas e ações familiares que garantam o acesso precoce à literatura.

1. A LEITURA COMO PRÁTICA SOCIAL E CULTURAL

A leitura constitui-se como uma prática social e cultural que ultrapassa o espaço escolar. Mais do que simples decodificação de símbolos gráficos, ela envolve a interação do sujeito com o mundo, permitindo interpretar a realidade e construir sentidos. Kleiman (2005, p. 19) afirma que “a leitura deve ser compreendida como prática cultural, uma vez que perpassa diferentes esferas da vida cotidiana, e não apenas como habilidade técnica restrita à escola”. Nessa perspectiva, a leitura é uma experiência que mobiliza dimensões cognitivas, afetivas e sociais, situando-se como ato de humanização.

Segundo Freire (1989), antes mesmo da leitura da palavra existe a leitura do mundo, marcada pelas experiências e pela forma como o sujeito interage com a sociedade. Isso significa que a leitura não pode ser reduzida ao campo instrumental da alfabetização, mas deve ser entendida como um processo amplo, que envolve história de vida, cultura e valores sociais. A leitura, portanto, promove o desenvolvimento integral da criança, fortalecendo vínculos familiares, comunitários e escolares, além de ampliar horizontes críticos e criativos.

A literatura, nesse contexto, apresenta-se como uma das formas mais ricas de inserção cultural. Para Valter Hugo Mãe (2015), a literatura possibilita à criança reconhecer- se no outro e estabelecer pontes com diferentes realidades, constituindo-se em espaço de alteridade e de imaginação. Do mesmo modo, Abramovich (1997) defende que contar histórias não é apenas um ato lúdico, mas também formativo, pois contribui para a formação de valores e para a construção de vínculos afetivos e culturais. A literatura infantil, como aponta Coelho (2000), é

arte e, portanto, desperta emoção, reflexão e criatividade, auxiliando na formação estética e cultural do sujeito.
A tradição oral também ocupa papel central nesse processo. Muito antes da escrita, as sociedades transmitiam saberes, valores e memórias por meio da oralidade. Zilberman (2009, p. 52) destaca que "a oralidade antecede a escrita e continua viva na contação de histórias, fortalecendo vínculos afetivos e culturais". Rubem Alves (2002) acrescenta que ouvir histórias desperta encantamento e cria laços entre narrador e ouvinte, proporcionando à criança o sentimento de pertencimento. Assim, seja pela oralidade, pela literatura ou pelo

estímulo cotidiano à leitura, a criança se insere em práticas culturais que fundamentam sua formação integral e cidadã.

1.1 LEITURA PARA ALÉM DA ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização é, sem dúvida, uma etapa essencial do processo educativo, pois possibilita à criança o acesso ao código escrito. Entretanto, limitar a leitura apenas à aprendizagem da decodificação de letras e sílabas reduz sua complexidade e empobrece seu sentido social. Ferreiro e Teberosky (1999) demonstram que a aquisição da escrita é um processo ativo, no qual a criança formula hipóteses, testa possibilidades e constrói saberes de maneira interativa, revelando que aprender a ler envolve muito mais do que memorizar sinais gráficos.
Nesse contexto, Kleiman (2004) destaca que os modelos de letramento evidenciam a leitura como prática social. Isso significa que o ato de ler não se resume a uma habilidade técnica, mas se insere em situações cotidianas em que os sujeitos atribuem significados, valores e funções ao texto. Ler um bilhete, consultar um cardápio, interpretar uma notícia ou apreciar um poema são práticas distintas que revelam a diversidade de usos sociais da leitura. Assim, a alfabetização deve ser compreendida como ponto de partida, e não como a totalidade do fenômeno da leitura.
Além disso, a leitura desempenha papel fundamental na construção da identidade do sujeito leitor. Ao interagir com diferentes textos e contextos, a criança amplia seu repertório cultural e desenvolve sua capacidade de interpretar o mundo ao seu redor. Brito (2012, p. 44) enfatiza que "a leitura, quando estimulada desde cedo, contribui para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e emocional da criança, estabelecendo bases sólidas para aprendizagens futuras". Esse estímulo precoce possibilita o desenvolvimento da criticidade, da imaginação e da criatividade, preparando a criança para enfrentar os desafios da vida escolar e social.
Por fim, é importante ressaltar que a leitura para além da alfabetização envolve também o prazer estético e a formação de vínculos afetivos. Abramovich (1997) lembra que ouvir e ler histórias não é apenas um exercício pedagógico, mas uma experiência de encantamento e descoberta que favorece a sensibilidade e o afeto. Dessa forma, a leitura na infância deve ser compreendida em sua dimensão ampla: cultural, social, formativa e também emocional, constituindo-se como prática que acompanha o sujeito em todas as fases de sua vida.

1.2 A LITERATURA COMO EXPRESSÃO CULTURAL

A literatura, quando introduzida na infância, constitui um espaço privilegiado de encontro com a diversidade cultural e simbólica. Ela possibilita à criança o contato com diferentes mundos, valores e visões de realidade. Valter Hugo Mãe (2015) afirma que a literatura é uma oportunidade para que a criança reconheça-se no outro, construindo pontes entre diferentes experiências humanas. Essa perspectiva amplia o olhar da infância e permite que o ato de ler histórias seja também um exercício de empatia e alteridade, fundamentais para a formação cidadã e crítica.
Além de promover o acesso à cultura, a literatura infantil possui uma dimensão formativa que vai além do entretenimento. Abramovich (1997) ressalta que contar histórias não é apenas um momento lúdico, mas uma prática que amplia a sensibilidade, a imaginação e a capacidade reflexiva da criança. Ao ouvir e ler narrativas, a criança vivencia

emoções, compreende valores e aprende a lidar com situações da vida cotidiana. Assim, a literatura contribui para a constituição ética do sujeito, tornando-se um recurso pedagógico de grande relevância na educação infantil.

Outro aspecto importante refere-se à dimensão estética da literatura. Coelho (2000) destaca que a literatura infantil é uma manifestação artística e, como tal, tem a função de despertar emoção, criatividade e reflexão. Ao proporcionar experiências estéticas, a literatura não apenas diverte, mas também educa o olhar e a sensibilidade, favorecendo a construção de repertórios culturais e críticos. Dessa forma, a literatura deve ser compreendida como expressão cultural e artística, capaz de articular prazer, formação e socialização, consolidando-se como prática indispensável na formação integral da criança.

1.3 A ORALIDADE E A TRADIÇÃO NARRATIVA

A oralidade antecede a escrita e representa uma das formas mais antigas de transmissão de saberes, valores e memórias coletivas. Nas sociedades tradicionais, histórias, mitos, lendas e cantigas eram passados de geração em geração, preservando identidades culturais e fortalecendo laços comunitários. Zilberman (2009, p. 52) enfatiza que "a oralidade antecede a escrita e continua viva na contação de histórias, fortalecendo vínculos afetivos e culturais". Esse legado oral, quando integrado ao universo infantil, possibilita que a criança vivencie narrativas carregadas de simbolismo e significados, fundamentais para sua inserção cultural.

No contexto educativo, a contação de histórias assume papel de destaque como prática pedagógica que estimula a imaginação, o raciocínio e a afetividade. Rubem Alves (2002) destaca que ouvir histórias desperta encantamento e estabelece laços entre narrador e ouvinte, tornando-se uma experiência transformadora para a criança. Esse contato oral com narrativas estimula a linguagem, amplia o vocabulário e favorece o desenvolvimento da

atenção e da memória, além de proporcionar momentos de interação significativa entre adultos e crianças. Assim, a tradição oral, longe de ser uma prática ultrapassada, revela-se como recurso atual e potente na formação leitora.

Ademais, a oralidade deve ser compreendida como prática cultural viva, que se reinventa em diferentes contextos sociais. Contar histórias na escola ou no ambiente familiar é uma forma de promover vínculos e assegurar que a criança reconheça a riqueza de sua herança cultural. Nesse sentido, a tradição narrativa não apenas transmite valores, mas também contribui para o desenvolvimento crítico e criativo, preparando o sujeito para compreender o mundo em sua complexidade. A integração entre oralidade e leitura, portanto, fortalece a formação integral da criança, consolidando a leitura como prática social, cultural e afetiva.

2. CONTRIBUIÇÕES DA LEITURA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A leitura, quando estimulada desde a primeira infância, favorece múltiplos aspectos do desenvolvimento humano, que vão além da preparação para a alfabetização formal. Ferreiro e Teberosky (1999) evidenciam que as crianças, mesmo antes de serem alfabetizadas, formulam hipóteses sobre a escrita, revelando uma capacidade cognitiva ativa que lhes permite compreender gradativamente o funcionamento da língua escrita. Esse processo de construção de hipóteses mostra que a leitura e a escrita não são meramente técnicas, mas experiências que mobilizam reflexão, lógica e criatividade, fundamentais para o desenvolvimento cognitivo.

No campo linguístico, o contato precoce com narrativas literárias amplia o vocabulário, desenvolve estruturas sintáticas mais complexas e fortalece a competência comunicativa. Kleiman (2004) aponta que a leitura é uma prática social que se concretiza em contextos culturais, permitindo que a criança, ao ouvir e interagir com histórias, enriqueça seu repertório linguístico e aprimore sua capacidade de expressão oral e escrita. Dessa forma, a literatura atua como mediadora entre o mundo interior da criança e a diversidade de discursos que compõem a sociedade.

A leitura também desempenha papel fundamental no desenvolvimento socioemocional, uma vez que as histórias possibilitam vivenciar, elaborar e compreender emoções. Rubem Alves (2002, p. 37) afirma que "histórias são alimento da alma", pois oferecem às crianças oportunidades de experimentar sentimentos, lidar com frustrações e desenvolver empatia. A vivência literária, nesse sentido, torna-se um recurso formativo que contribui para a construção da identidade e para o fortalecimento de vínculos afetivos com familiares, professores e colegas.

Além dos aspectos cognitivos, linguísticos e emocionais, a leitura promove a inserção cultural e a formação cidadã. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) destaca que o acesso à literatura amplia repertórios culturais, favorece a formação ética e estética e fortalece a cidadania. Para Emmi Pikler (2006), respeitar a autonomia da criança significa permitir-lhe liberdade para explorar o mundo e interagir com objetos de forma ativa. No campo da leitura, essa concepção implica oferecer à criança a possibilidade de manusear livros, escolher histórias e descobrir, por si mesma, caminhos de interpretação, promovendo tanto a autonomia quanto o prazer de ler.

2.1 DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

O desenvolvimento cognitivo das crianças é fortemente estimulado pelo contato precoce com a leitura. Ferreiro e Teberosky (1999) demonstram que, mesmo antes da alfabetização formal, as crianças constroem hipóteses sobre o funcionamento da escrita, revelando que este é um processo ativo e reflexivo. Ao manusear livros, observar letras e interpretar símbolos, a criança desenvolve a capacidade de formular hipóteses, comparar informações e reorganizar conhecimentos, ativando funções cognitivas superiores como memória, atenção e raciocínio lógico. Nesse sentido, a leitura não é apenas preparação para a alfabetização, mas um instrumento de construção do pensamento crítico e criativo.

2.2 DESENVOLVIMENTO LINGUÍSTICO

A leitura também exerce papel decisivo no desenvolvimento linguístico, pois amplia o vocabulário, favorece a compreensão textual e estimula a produção oral e escrita. Segundo Kleiman (2004), o contato precoce com narrativas literárias possibilita à criança internalizar estruturas sintáticas mais complexas, o que contribui para o aprimoramento da linguagem. Ao ouvir histórias, a criança se familiariza com diferentes gêneros textuais e formas discursivas, aprendendo a organizar ideias, sequenciar fatos e expressar-se de modo mais claro e articulado. A literatura, portanto, funciona como espaço de aquisição e desenvolvimento da linguagem, permitindo à criança comunicar-se com mais autonomia e riqueza de significados.

2.3 DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL

Além das dimensões cognitivas e linguísticas, a leitura também favorece o desenvolvimento socioemocional. Por meio das histórias, as crianças podem se reconhecer nos personagens, elaborar sentimentos e experimentar situações que contribuem para sua

formação emocional. Rubem Alves (2002, p. 37) afirma que "as histórias são alimento da alma", pois oferecem oportunidades de vivenciar emoções como alegria, medo, tristeza e esperança, permitindo à criança lidar com suas próprias experiências internas. Assim, a leitura torna-se um recurso essencial para o fortalecimento da empatia, para o desenvolvimento da autoestima e para a criação de vínculos afetivos com os mediadores da leitura.

2.4 DESENVOLVIMENTO CULTURAL E CIDADÃO

A leitura, além de estimular a cognição, a linguagem e a afetividade, também promove a inserção cultural e a formação cidadã. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) destaca que o contato com obras literárias amplia repertórios culturais e contribui para a construção da cidadania. Isso porque, ao ler histórias, a criança entra em contato com valores, costumes, tradições e diferentes formas de ver o mundo, apren-

dendo a respeitar a diversidade e a valorizar a cultura. A literatura, nesse sentido, deve ser compreendida como ferramenta de socialização e de humanização, que favorece o desenvolvimento ético e estético, preparando a criança para atuar de forma crítica e participativa na sociedade.

2.5 A CONTRIBUIÇÃO DE EMMI PIKLER

Entre as contribuições contemporâneas, destaca-se a visão de Emmi Pikler (2006), que defende o respeito à autonomia da criança em seus processos de aprendizagem. Aplicada ao campo da leitura, essa concepção implica permitir que a criança explore os livros de maneira espontânea, escolha histórias, folheie páginas e descubra narrativas no seu próprio ritmo. Ao invés de impor práticas rígidas, cabe ao adulto criar um ambiente acolhedor, no qual a criança se sinta livre para experimentar o prazer da leitura. Essa abordagem favorece a construção de uma relação afetiva com os livros e fortalece a autonomia intelectual, tornando a leitura uma experiência significativa e prazerosa desde os primeiros anos de vida.

3. O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE LEITORES

A formação de leitores começa muito antes da entrada da criança na escola, sendo a família a primeira mediadora desse processo. O ambiente familiar, ao oferecer livros, contar histórias e estimular o contato com narrativas, cria vínculos afetivos que aproximam a criança do universo da leitura. Brito (2012) reforça que a família é a primeira responsável pela mediação leitora, pois, ao transformar a leitura em prática cotidiana, favorece o

desenvolvimento da linguagem, da imaginação e da sensibilidade. O ato de ler para a criança, de forma lúdica e prazerosa, constitui-se como um gesto de afeto e de valorização cultural.

A escola, por sua vez, tem papel essencial na democratização do acesso à leitura. É nesse espaço que a criança entra em contato com uma diversidade maior de textos, gêneros e suportes, ampliando suas experiências leitoras. Colomer (2007) ressalta que cabe à escola garantir o direito de acesso a livros de qualidade, criando oportunidades para que todos os alunos, independentemente de sua origem social, possam experimentar a literatura. Assim, a escola não apenas ensina a decodificação, mas proporciona a vivência da leitura como experiência cultural, estética e crítica.

O professor, nesse contexto, exerce a função de mediador. Freire (1989, p. 11) lembra que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra", o que significa que o educador deve reconhecer os saberes prévios das crianças e integrá-los às práticas de leitura. Isso implica adotar metodologias que valorizem a contação de histórias, a leitura compartilhada e o diálogo em sala de aula, promovendo o encontro entre o texto literário e a experiência de vida dos estudantes. A mediação docente, portanto, não é neutra: ela é intencional e deve estimular a reflexão crítica e a construção da autonomia leitora.

Além da família e da escola, é necessário considerar a importância de políticas públicas e comunitárias que fortaleçam a formação leitora. Bibliotecas escolares e comunitárias, feiras de livros e projetos de incentivo à leitura ampliam os espaços de contato das crianças com a literatura. A articulação entre família, escola e sociedade civil torna-se indispensável para que a leitura seja consolidada como prática social ampla, capaz de formar sujeitos críticos, criativos e cidadãos.

3.1 A FAMÍLIA COMO PRIMEIRA MEDIADORA

A família representa o primeiro espaço de contato da criança com a leitura, desempenhando papel fundamental na formação do sujeito leitor. Antes mesmo da escolarização, a mediação familiar possibilita que a leitura seja vivenciada como prática cultural e afetiva. Brito (2012) destaca que a família é a primeira responsável por essa mediação, pois é no ambiente doméstico que a criança encontra os primeiros estímulos de linguagem, seja por meio da contação de histórias, da leitura de livros infantis ou do simples manuseio de materiais escritos. Essas experiências iniciais não apenas aproximam a criança da linguagem escrita, mas também

fortalecem vínculos emocionais, transformando a leitura em um gesto de afeto.

3.2 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA LEITURA

Ao ingressar na escola, a criança amplia suas experiências leitoras e tem acesso a uma diversidade de textos e gêneros que nem sempre estão disponíveis no ambiente familiar. Nesse sentido, a escola assume a responsabilidade de democratizar o acesso à leitura e garantir o direito de contato com obras de qualidade. Colomer (2007) ressalta que a escola deve oferecer oportunidades para que todas as crianças, independentemente de sua origem social, tenham acesso a livros literários que despertem prazer e reflexão. Assim, a instituição escolar não deve restringir a leitura ao processo de alfabetização, mas tratá-la como prática cultural e formativa, que amplia horizontes e estimula a criticidade.

3.3 MEDIAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Dentro da escola, o professor exerce papel essencial como mediador da leitura. Cabe a ele não apenas ensinar a decodificação, mas criar experiências que integrem a leitura ao cotidiano escolar de maneira prazerosa e significativa. Freire (1989, p. 11) lembra que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra", ressaltando que o professor deve valorizar os saberes prévios das crianças e utilizá-los como ponto de partida para novas aprendizagens. Nesse contexto, práticas pedagógicas como rodas de leitura, contação de histórias, dramatizações e projetos literários tornam-se estratégias fundamentais para aproximar o aluno dos textos. A mediação docente, portanto, deve estimular a imaginação, a reflexão crítica e a autonomia leitora, consolidando a leitura como prática social e cultural.

4. BNCC E A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, reconhece a leitura como um dos direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil. Inserida no campo de experiências denominado "Escuta, fala, pensamento e imaginação", a leitura é compreendida como atividade que articula aspectos cognitivos, linguísticos, afetivos e culturais. Segundo o documento, o acesso precoce à literatura é fundamental para a formação integral da criança, favorecendo a construção de repertórios culturais e a vivência estética (BRASIL, 2017).

A BNCC também enfatiza que a leitura deve ser trabalhada em situações lúdicas e interativas, nas quais as crianças possam escutar, narrar, imaginar e recontar histórias. Esse enfoque rompe com uma visão meramente escolarizante e instrumental da leitura, valorizando-a como prática que estimula a imaginação e fortalece vínculos afetivos. Ao propor que as crianças tenham contato com diferentes gêneros textuais, a BNCC reafirma a necessidade de ampliar horizontes e promover a diversidade cultural.

Outro ponto relevante é a associação entre leitura e formação ética. A BNCC (BRASIL, 2017) defende que, ao ouvir e interagir com histórias, a criança desenvolve empatia, senso de justiça e consciência cidadã. A literatura, nesse sentido, é compreendida como recurso de humanização, capaz de contribuir para a construção de valores que orientam a convivência social. Dessa forma, a leitura assume caráter formativo, indo além da dimensão estética, para atuar como elemento essencial na constituição da cidadania.

Por fim, o documento destaca a importância da articulação entre família e escola para assegurar às crianças o direito de acesso à literatura desde cedo. Nesse sentido, a BNCC alinha-se às concepções de autores como Vygotsky (1998), que destacam a relevância das interações sociais para o desenvolvimento. Assim, a leitura, quando promovida de forma integrada e significativa, cumpre seu papel de prática cultural, formativa e afetiva, fundamental para o desenvolvimento integral do sujeito.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste trabalho caracteriza-se como bibliográfica, qualitativa e descritiva, pois se fundamenta na análise de

obras teóricas, documentos oficiais e artigos científicos sobre leitura e desenvolvimento infantil. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador conhecer e discutir o estado da arte de determinado tema, reunindo contribuições de diferentes autores para fundamentar a discussão. Tal abordagem mostrou-se adequada, uma vez que a investigação busca compreender as múltiplas contribuições da leitura para a formação integral da criança.

A escolha por uma abordagem qualitativa deve-se ao fato de que a leitura, enquanto prática social e cultural, não pode ser reduzida a dados numéricos ou estatísticos. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa preocupa-se em interpretar fenômenos humanos a partir de significados, valores e contextos. Assim, foi possível compreender como diferentes autores discutem a importância da leitura e de que maneira ela impacta dimensões cognitivas, linguísticas, socioemocionais e culturais do desenvolvimento infantil.

Além disso, o caráter descritivo deste estudo buscou apresentar as práticas e fundamentos que sustentam a leitura na infância, sem a intenção de testar hipóteses, mas de evidenciar relações e destacar a relevância do tema. Para tanto, foram consultadas obras de referência na área da Educação, como Ferreiro e Teberosky (1999), Kleiman (2004; 2005), Abramovich (1997), Rubem Alves (2002), Colomer (2007), além de documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

Por fim, a análise bibliográfica permitiu integrar diferentes perspectivas teóricas, promovendo uma visão abrangente sobre o tema. A triangulação de autores clássicos e contemporâneos possibilitou identificar convergências e complementaridades, assegurando maior consistência aos resultados apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das obras consultadas evidência que a leitura desempenha papel central no desenvolvimento integral da criança. Do ponto de vista cognitivo, autores como Ferreiro e Teberosky (1999) demonstram que a criança elabora hipóteses sobre a escrita muito antes da alfabetização formal, revelando um processo ativo de construção do conhecimento. Esse dado reforça a importância de oferecer experiências significativas com a leitura desde os primeiros anos de vida, para que a criança possa desenvolver pensamento crítico e criativo.

No aspecto linguístico, os resultados indicam que o contato precoce com a leitura amplia o vocabulário, melhora a compreensão oral e fortalece estruturas sintáticas mais complexas. Kleiman (2004) ressalta que tais avanços não se limitam à escola, mas também se manifestam nas práticas sociais, consolidando a leitura como habilidade fundamental para a comunicação e para a participação cultural.

No campo socioemocional, a leitura de histórias mostrou-se fundamental para a elaboração de sentimentos e o fortalecimento de vínculos. Alves (2002) afirma que as narrativas literárias funcionam como "alimento da alma", proporcionando à criança a possibilidade de experimentar emoções, lidar com medos e cultivar a empatia. Isso confirma que a literatura infantil não deve ser vista apenas como recurso didático, mas como experiência humanizadora.

Por outro lado, a discussão também evidenciou desafios a serem enfrentados. Entre eles, destacam-se a falta de bibliotecas escolares ativas, a escassez de projetos de incentivo à leitura e a necessidade de formação continuada para professores. A BNCC (BRASIL, 2017) reforça que a leitura é um direito da criança, mas sua efetivação depende de políticas públicas consistentes, da atuação dos educadores e da participação das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura na primeira infância revelou-se, ao longo deste estudo, como prática essencial para o desenvolvimento integral da criança. Mais do que um instrumento escolar, a leitura deve ser compreendida como prática cultural e afetiva, que fortalece dimensões cognitivas, linguísticas, socioemocionais e cidadãs. Autores como Vygotsky (1998), Ferreiro e Teberosky (1999) e Kleiman (2004) demonstram que o contato precoce com a

leitura favorece aprendizagens significativas e amplia horizontes de interpretação de mundo.

Além disso, constatou-se que a literatura, quando mediada por adultos, contribui para a formação ética e estética, despertando emoção, imaginação e criatividade (ABRAMOVICH, 1997; COELHO, 2000). A oralidade, como destaca Zilberman (2009), permanece viva na tradição da contação de histórias, reforçando a leitura como prática social e afetiva. Esses aspectos tornam a leitura um recurso indispensável na construção da cidadania e da identidade cultural das crianças.

Entretanto, persistem desafios que precisam ser enfrentados para ampliar o acesso e consolidar a leitura como prática social. Entre eles, destacam-se a necessidade de fortalecimento das bibliotecas escolares e comunitárias, a ampliação de políticas públicas de incentivo à leitura e o investimento em formação de professores leitores. Tais medidas são indispensáveis para assegurar que o direito à leitura, previsto na BNCC (BRASIL, 2017), seja efetivamente garantido.

Conclui-se, portanto, que a leitura na primeira infância deve ser compreendida como um investimento social e educacional de longo prazo. Reforçar a presença da leitura no cotidiano das crianças significa apostar em uma sociedade mais crítica, criativa e humanizada. Recomenda-se que escola, família e comunidade unam esforços para promover práticas de leitura significativas, capazes de transformar a infância em um espaço de descobertas, encantamento e emancipação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997. ALVES, Rubem. A alegria de ensinar. Campinas: Papirus, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRITO, L. H. Leitura e desenvolvimento infantil. São Paulo: Cortez, 2012.

COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

COLOMER, Teresa. Andar entre livros: a leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

KLEIMAN, Ângela B. Letramento e prática social. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

KLEIMAN, Ângela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

MÃE, Valter Hugo. O paraíso são os outros. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

PIKLER, Emmi. Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy. Lisboa: Instituto Pikler- Lóczy, 2006.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998. ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola. São Paulo: Global, 2009.